

Relatos de uma professora sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior

Monica Dias de Araújo¹ - UEA
Rosana Glat² - UERJ

Eixo– Inclusão e Acessibilidade
Agência Financiadora: CAPES

Resumo

Com a disseminação das políticas de inclusão em todos os níveis de ensino é fundamental proporcionar oportunidades para os professores problematizarem os seus desafios, bem como, suas necessidades pedagógicas, ampliando o debate em torno da temática e contribuindo para que, a partir de reflexões sobre o que envolve o ato de aprender e ensinar no contexto inclusivo, mudanças significativas sejam alcançadas no cotidiano educacional. O presente texto, recorte de uma pesquisa ampla sobre inclusão de alunos com deficiências no ensino superior, objetiva discutir os relatos de uma professora de uma universidade pública do Amazonas que já teve em sua turma de licenciatura um estudante cego e outro com deficiência intelectual. Entre os procedimentos metodológicos adotados para a construção do texto destacam: seleção do referencial teórico, entrevista, transcrição e tabulação dos dados. Em seguida houve a escolha das categorias adotadas neste trabalho. Entre os principais pontos levantados pela docente destacamos os desafios que perpassam a inclusão no ensino superior como: a insuficiência de recursos, pouco apoio, falta de acessibilidade e as necessidades de formação destacadas pela professora para atuar no contexto das diferenças. Ente as demandas de formação destacadas professora estão, cursos sobre metodologias diferenciadas, curso sobre as práticas, como tratar o estudante com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino superior. Pessoa com deficiência.

Introdução

O presente texto apresenta um recorte da pesquisa em andamento: *O processo de inclusão de estudantes em condição de deficiência nos cursos de licenciatura de uma Universidade Pública no contexto Amazônico*. Este estudo tem como objetivo analisar o processo de inclusão de estudantes com deficiência nos cursos de licenciatura de uma universidade pública no contexto amazônico. Constitui-se em uma pesquisa de campo que emprega como procedimentos metodológicos a entrevista semiestruturada com professores e estudantes com deficiência e observação *in lócus*, de turmas e outros espaços da Instituição.

¹Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas UEA-CEST e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do grupo de pesquisa EDUCA – Educação em contextos amazônicos - CEST/UEA e do grupo de Pesquisa, Rede Educação Inclusiva na Amazônia da UEPA. E-mail: mdaraujo@uea.edu.br

²Professora Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPEd/UERJ), pesquisadora CNPq e da FAPERJ. email: rosanaglat@gmail.com

No âmbito deste artigo analisamos uma entrevista realizada com uma docente da referida universidade professora que passou pela experiência de trabalhar com um acadêmico cego e outro com deficiência intelectual.

Evidenciar vozes de pessoas que vivenciam o dia a dia da universidade é fundamental para refletirmos e ampliarmos o debate problematizando as condições de inclusão/exclusão que perpassa a educação e de modo específico o ensino superior.

Percebemos que as reflexões proporcionadas pela professora podem representar vozes de outros professores que vivenciam a experiência de trabalhar com pessoas com deficiência sem passar por formação específica para atuar no contexto da educação inclusiva.

Embora estejamos aqui apresentando apenas os dados de uma entrevista, consideramos este texto um convite para refletirmos sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, com ênfase nas demandas que compõe o cotidiano acadêmico conforme evidenciadas pela professora participante do estudo.

Reflexões iniciais sobre o contexto universitário

O ensino superior, na sua própria nomenclatura, já define o seu público. Ou seja, a princípio, está voltado para pessoas que demonstram mérito para competir e participar das exigências historicamente relacionadas à tessitura que envolve o corpo discente de *nível superior*. Conforme apontam Cruz e Glat (2014, p. 4), “chama-nos a atenção, porém, o modo como a orientação legal e as demandas de mercado repercutem na definição de processos formativos em instituições de ensino superior”.

Contudo, esta realidade apresenta possibilidades de mudanças concretizadas através dos movimentos sociais e políticos que despertam para o “inconformismo” diante das relações sociais dominantes estabelecidas como verdade única, na sociedade em geral, e especificadamente no contexto educacional. Santos (2019, p.378) alerta que “só é possível ‘desnaturalizar’ o presente e assegurar a inconformidade e a indignação relativamente às questões atuais se se entender o passado como resultado de processos de luta e de contingências históricas”.

Diante das barreiras que perpassam o processo de inclusão no ensino superior, entendemos como desafio romper com determinados paradigmas estabelecidos e arraigados que ainda são dominantes no meio acadêmico. Pois, como lembra Santos (2019, p. 378), “é indispensável descolonizar os materiais e os métodos pedagógicos em todas as sociedades em

que as desigualdades socioeconômicas se somam às desigualdades raciais, étnico-culturais, epistêmicas e sexuais”. No bojo desta discussão o autor alerta sobre o sistema universitário fragmentado e desigual que cada vez mais vem se estabelecendo no cotidiano das universidades.

A transnacionalização neoliberal da universidade e a conversão paralela da educação superior num bem de consumo estão criando um sistema universitário global altamente fragmentado e desigual. A desigualdade e a fragmentação são claramente perceptíveis, não apenas ao compararmos universidades de diferentes países, mas também dentro de um mesmo país. É obvio que a desigualdade e a fragmentação sempre existiram, mas são agora muito mais visíveis, mais rígidas e mais bem organizadas (SANTOS, 2019, p. 378).

Para ele, o processo de “descolonizar” e “desmercantilizar” as universidades possibilita “tornar diferentes saberes mais porosos e mais conscientes das diferenças através da tradução intercultural” (SANTOS, 2019, p.383). Assim, “torna-se possível pensar nas múltiplas formas de ser contemporâneo” (SANTOS, 2019, p 383).

Em um sistema historicamente excludente, por motivos diversos, entre os quais destacamos os derivados da condição de deficiência, no âmbito da inclusão no ensino superior, esses sujeitos vêm enfrentando inúmeros desafios, como a tradicional formação dos professores universitários que não visava a diversidade, a falta de suporte acadêmico especializada, a pouca acessibilidade e etc. Essa preocupação foi expressa por Cruz e Glat (2014, p. 3).

Nossa preocupação é que apesar de todas as pesquisas que, há mais de duas décadas, vêm mostrando que os professores não estão preparados para lidar com a diversidade que se manifesta em turmas de alunos inevitavelmente heterogêneas, nossos cursos de formação, de modo geral, pouco se modificaram.

Na sequência apresentaremos o relato de uma docente que discute os desafios de ser professora de estudantes com deficiência no ensino superior, sem ter passado por formação específica para atuar no contexto da diversidade.

Vivências docente de inclusão e exclusão de estudantes com deficiência na universidade

A professora entrevistada possui doutorado na sua área de atuação, tem 43 anos de idade e há 11 anos atua no ensino superior. Durante esse período teve a oportunidade de

trabalhar com dois estudantes com deficiência: Mario com deficiência intelectual e Romário, que é cego³.

Para a docente há diferença em trabalhar com o estudante com deficiência intelectual e com cegueira, e, para ela o tipo de deficiência é um fator determinante para o sucesso ou não do estudante.

A deficiência mental é mais complicada talvez de se trabalhar, porque tem a questão de entender. Essas outras deficiências tipo, auditiva, quando a gente consegue transpor essas barreiras esses alunos têm condições de ter um aprendizado muito bom. Não mais fácil porque pra ele vai ser difícil, mas um aprendizado do nível mesmo de aluno dito normal.

Na verdade vai ser o determinante. Eu não via sucesso no Mário, na última disciplina que eu ministrei pra ele eu falei assim: Ah, Mário eu vou te passar e vou tentar procurar outros meios pra poder te ajudar. A disciplina que eu ministrava para ele é sobre Metodologia da História ou Introdução aos estudos Históricos. É uma disciplina que mexe com significado de documento, documento oficial, documento não oficial. E aí eu fiz uma pergunta mais básica, perguntei pra ele: o que você entendeu da disciplina? Talvez eu sempre avaliava ele a partir de perspectiva escrita, vamos ver se oral ele melhora o rendimento. Até fiz isso aí. Mas, ele respondeu: “ah, professora a gente estudou arquivo”. Tem relação, mas, no nível muito básico. Não seria coisa de aprovação. Sempre chamava ele para a discussão perguntando o que você acha disso Mário? Ele sempre falava, mas não necessariamente tinha ligação com o texto. Já o outro caso que é a deficiência visual não tinha essa questão de aprendizado. A dificuldade era menor. Ele fez umas coisas que as vezes os outros não fazem. Exemplo: eu vivia falando: “fazer uma aula na perspectiva crítica é trazer a fala dos trabalhadores, das pessoas mais pobres” e via bastante presente na fala dele. Bem mais presente na fala dele do que na fala da maioria dos alunos ditos normais.

Percebe-se que a inclusão educacional de estudantes com deficiência intelectual é talvez o maior desafio, justamente por ser uma condição que afeta o desenvolvimento cognitivo e acadêmico. E essa situação se agrava com a complexidade do ensino superior. Embora ainda haja inúmeras barreiras para inclusão de estudantes com surdez ou deficiência visual, como essas condições dependem mais de recursos externos de acessibilidade, a presença deles no ensino superior está crescendo consideravelmente. Segundo os dados do Inep (2008), o Brasil tem 10.619 estudantes com baixa visão, 2.203 com cegueira, 2.138 com surdez, 5.404 com deficiência auditiva e 2.043 com deficiência intelectual.

Conforme relato da professora entrevistada, os efeitos do tipo de deficiência vão além do processo ensino-aprendizagem atingindo, também, a interação entre os colegas.

Aí depende muito do tipo de deficiência, e de qual é a turma; por mais que tenham um sentimento, se ele tem um rendimento muito baixo eles não vão querer acompanhar. Por mais que eles respeitem. Tipo assim, fica meio largado para fazer um seminário, fica meio largado para fazer um trabalho. Outras vezes não, como

³ Ambos nomes fictícios.

era com o Romário [estudante cego] por exemplo, a turma abraçava ele e ia embora.

Algumas reflexões proporcionadas pela entrevistada destaca a necessidade de comprometimento da universidade para a promoção de discussão acerca da inclusão, na medida em que ainda não vivemos no contexto inclusivo.

Se agente for pensar no sentido da inclusão no ensino superior de modo geral, eu acho que o Brasil não conseguiu criar práticas inclusivas, de fato. Qual é o pressuposto? Eu parto do pressuposto que eu estou formando os meus alunos para poder prestar um concurso, pra poder dar uma aula. Se a gente for olhar aqui na cidade de Tefé, por exemplo, quantos alunos com deficiência estão no mercado de trabalho? Não adianta nada você chegar e falar assim: toma, está aqui seu diploma de ensino superior. Isso não adiantou nada na vida da pessoa a não ser a questão pessoal de conhecimento. Mas, deveria a própria universidade talvez, seria responsável a promover esse tipo de discussão. E é uma coisa que é silenciada na verdade. A Universidade dá um monitor para o aluno pra ele ficar caladinho aí o problema ali é entre ele e o monitor. Você dá um monte de texto em uma aula e ele e o monitor que se “virem”. O monitor que vai ter que ler pra ele em voz alta se não estiver em PDF. Por mais que se dedique, cinco professores dando texto é humanamente impossível ler tudo isso daí. A gente tem avanço na perspectiva pessoal do aluno no sentido dele querer desafiar pra fazer, nesse sentido aí acho que há um avanço. Mas, esse avanço ainda é pequeno perto do que a gente teria que andar pra que de fato ocorresse a inclusão, a gente falar que vive no contexto inclusivo, a gente não vive não (PROFESSORA).

A professora reconhece que os estudantes têm suas expectativas e limitações. Contudo, aponta a sua própria necessidade de formação profissional diante das duas situações vivenciadas com os dois estudantes com deficiência.

*São contextos diferentes, mas o que se percebe nesses alunos, de maneirageral, é que são alunos que têm mesmo expectativa de formar e tentam se dedicar à questão de aprendizagem. Não é um aluno que falta à aula. Geralmente eles tentam fazer as coisas. Mas, a gente percebe que essa atuação deles é um pouco limitada. Porque às vezes não dão conta de ler um texto, por exemplo. **Mas nas duas vezes na verdade eu me senti um pouco ruim com a situação, talvez porque não tenho capacitação pra isso.** Teve um desses aí que a tendência era sempre ser reprovado, reprovado, reprovado, porque eu achava que ele, dentro da minha concepção, não atingia o mínimo para conseguir aprovação. Mesmo percebendo a expectativa deles em relação a isso.*

Similar ao que ocorre no ensino básico, geralmente não há uma preparação prévia ou formação do professor para que ele se sinta mais seguro para atuar no contexto das diferenças e atender de forma inclusiva as necessidades individuais dos estudantes com deficiências no ensino superior.

A maioria dos docentes formou-se e continua sendo formada com base em uma perspectiva tradicional homogeneizadora da ação docente que se centra na transmissão de conhecimentos teóricos e fragmentados entre si, os quais tendem a não apresentar relevância social tanto para a escola como para o estudante. Da mesma forma, a formação inicial e continuada de professore (a)s se caracteriza por uma relação pobre com os problemas e as situações enfrentadas pelos docentes nas suas práticas de sala de aula ou na vida escolar. Uma formação com tais

características, portanto, não cria as bases para o desenvolvimento profissional contínuo dos docentes no que tange ao seu papel e função de educador e nem se articula com o aperfeiçoamento de práticas de ensino pedagogicamente mais efetivas e inclusivas (DUK, 2006, p. 24).

Como bem coloca nossa entrevistada “a universidade não tem uma política de preocupação com a formação do professor”, de forma a capacitá-lo em metodologias diferenciadas, práticas pedagógicas diferenciadas, formas de interação com estudantes com diferentes necessidades educacionais especiais, entre outros aspectos.

Não houve nenhuma preparação. Até o Mario, no início foi difícil perceber que ele era deficiente intelectual. Ao longo desse tempo que estou na universidade, cada vez mais a gente está atendendo demanda desse estilo, mas, percebe ainda que por parte da própria instituição, ou por outras questões, não existe ainda uma preocupação para estar formando o professor para lidar com essa situação.

(...) noções de metodologias diferenciadas, porque às vezes por mais que a gente fale da dinâmica das coisas, mas se a gente for pensar, o próprio esquema do curso que eu ministro, por exemplo, porque eu não posso falar de outro professor, é muito fechado. É leitura, discussão, prova escrita, às vezes faz um seminário. Não necessariamente essas metodologias são metodologias que vão conseguir diagnosticar como é que está sendo o desenvolvimento daquele aluno. Então acho que assim, faz falta uma preparação, principalmente na questão de metodologia.

Pequenos cursos de formação pra lidar com essa prática. Isso daí seria a coisa mais essencial, essa questão de metodologia e essa questão de como a gente trata o aluno. Outra coisa que é difícil, por exemplo, se a gente fosse realmente dar conta, falar a Língua de Sinais seria outra coisa importante. Por exemplo: estou vendo o meu aluno ali, não vou dar uma aula inteira. Mas, eu vou conversar um pouco com ele, também seria legal! Acho que a gente tem que ter. Aprender pelo menos o básico, oi, bom dia.

Essas demandas de formação aparecem nas falas de professores de diferentes níveis de ensino, demonstrando que um número significativo de docentes ainda não se sente preparado para atuar no contexto da educação inclusiva.

Entre outros autores, Capeline e Mendes (2004) a necessidade de formação para atuar especificamente com os estudantes com necessidades educacionais especiais.

A formação continuada é necessária em qualquer área de atuação. Frente ao novo paradigma da inclusão, percebemos que há muitos desafios a serem vencidos e conhecimento a ser produzido, para que a conquista de uma Educação Inclusiva seja alcançada. Um desses desafios, sem dúvida nenhuma, se relaciona ao fato de que muitos professores não estão preparados para lidar com a diversidade, especificamente aquela decorrente de necessidades educacionais especiais (CAPELLINI; MENDES, 2004, p. 2).

Para a professora, a inclusão do estudante na turma acontece quando se cria metodologias e situações para que ele participe, de fato, nas atividades desenvolvidas. No entanto, em suas palavras, “na maior parte das vezes se coloca o aluno dentro da sala de aula

porque é lei e acabou. Colocar um aluno dentro de sala de aula sem ele participar minimamente das dinâmicas das questões isso aí não é inclusão”.

A possibilidade de participação e aprendizagem também depende dos apoios, recursos e adaptações que atendam as necessidades específicas de cada estudante. Ela explicou que o estudante cego um computador, porém sem programas específicos o estudante não sabia como usá-lo. Destaca, ainda que “o próprio espaço da universidade não é um espaço que ajuda o deficiente no geral, não tem um banheiro adaptado, não tem várias coisas e ela não permite que o aluno se sinta acolhido”.

Se agente for pensar, qual é a política de inclusão que a ‘universidade’ faz para o aluno? É só uma: buscar o monitor para o aluno. Pelo menos do que eu acompanho. Passou dessa questão de buscar o monitor para o aluno a gente não ver nenhuma outra ação de inclusão para o aluno. Isso aí é para o estudante indígena e outros. Na verdade é uma falsa inclusão. Fala que está fazendo a inclusão. Mas, na verdade você não cria, não propicia discussão, se não quer fazer a política de inclusão, ah! Poderia pelo menos nos encontros pedagógicos poderia pelo menos ouvir as práticas que os professores têm com relação a isso daí. Isso aí não existe mesmo.

Ou seja, segundo a entrevistada, a universidade não desenvolve ações efetivas de inclusão para pessoas com deficiência, e o mesmo pode ser dito em relação a outros grupos diferenciados, como por exemplo, os povos indígenas. Ela também comentou que sente necessidade de trocar experiências com seus pares, mas, no caso específico do colegiado a que pertence, isso não ocorre “é cada um por si (...) cada um desenvolve sua metodologia”. As dúvidas e incertezas originadas desta situação a levam a reflexões como estas:

O Romário eu ficava olhando e pensando assim: “meu Deus! o que eu vou fazer? “ Mas, com todos eu penso a mesma coisa. Mas aí a gente fez prova oral e foi muito tranquilo. Tipo assim, é diferente pra mim por exemplo, as vezes eu sou um pouco tradicional, aí penso assim, mas avaliar um aluno só com fala oral, as vezes não gosto muito porque tem um negócio que tem que escrever, pessoalmente, porque se ele vai prestar um concurso ele vai ter que dar um jeito. Vai ter que escrever. Independente dele querer prestar o concurso ou não a gente tem que formar ele pra isso. A metodologia que a gente conseguiu foi essa daí mesmo, trabalhar com prova oral.

Como inúmeros outros docentes do ensino superior que se deparam com inclusão de estudantes com deficiência, a entrevistada não teve, em sua história a oportunidade de participar de cursos de formação continuada na área da educação inclusiva. Mesmo assim, se empenha em transformar sua atuação para se adequar à política de inclusão, ultrapassando metodologias tradicionais e desenvolvendo boas práticas. Um estudante cego egresso da

universidade aponta no seu trabalho de conclusão de curso, atitudes boas de alguns professores nesse processo de exclusão e inclusão.

Vale ressaltar que encontrei professores, com e sem formação adequada para atuarem com as diferenças. Alguns conseguiam fazer a diferença quando possibilitava o ensino contextualizado. Lembro-me da primeira professora “Rosa” quando convidou a professora “Nam” para falar com a minha turma sobre práticas e atitudes inclusivas que os meus colegas e professores deveriam ter durante as aulas. Lembro-me da preocupação da professora “Ana” com o meu Estágio. Também não esqueço as aulas do professor “Miler” com práticas de alto relevo que facilitou minha aprendizagem. A minha participação no projeto “IANE” coordenado pela professora “Nam”, os apoios recebidos no projeto de modo especial das acadêmicas voluntárias do projeto: “Ray” e “Ro”. Quantas lembranças marcaram positivamente e negativamente minha história e memórias na escola e na Universidade (BENJAMIN, 2017, p. 47).

Percebe-se que há muitos docentes, seja na escola básica, seja na universidade, como o caso da nossa entrevistada, que mostram sensibilidade e vontade de adquirir novos saberes que auxiliem no trabalho diferenciado com alunos com demandas específicas de aprendizagem.

De acordo com as políticas de inclusão, os estudantes com deficiências têm direito de diferenciação no ensino e avaliação, em função da sua necessidade específica. Pois, é a individualização que possibilita a participação, inclusão e aprendizagem.

Essa educação “sob medida” visa contextualizar a singularidade na pluralidade, a unidade na diversidade, de forma que estratégias, recursos, intervenções e modo de avaliar se adequem, ao mesmo tempo, ao sujeito e ao contexto. Ou seja, trata-se de ações privilegiadas, que atendam às necessidades de qualquer aluno que requeira diferenciação no ensino, mas de modo contextualizado às propostas desenvolvidas para o grupo ou a turma. São intervenções planejadas de forma a não gerar discriminação, proteção ou impedimento à aprendizagem do sujeito. Neste contexto, é importante que sejam explicitados para a turma os objetivos e as razões da diferenciação nas atividades (MARIN; BRAUN, 2013, p. 56).

Atentar para necessidades específicas dos estudantes e demandas dos professores é função da instituição que se compromete com a implantação da política de inclusão. Algumas ações inclusivas estão previstas e determinadas no Plano de Desenvolvimento Institucional como: “promover atividades que garantam a permanência/ inclusão de pessoas com deficiência na universidade, em condição de vulnerabilidade social, respeitando os princípios dos Direitos Humanos” (UEA, 2017, p. 59).

Como temos observado em nosso estudo e no cotidiano institucional a efetivação das políticas e ações inclusivas determinadas no referido PDI, ainda não se concretizou nas diversas dimensões.

Há necessidade da construção e implementação da política institucional de inclusão na universidade, pois, apesar da previsão de estratégia de ação nos documentos institucionais, a forma como está sendo efetivada não garantirá de fato um avanço na

garantia de oportunidade e equidade do estudante com deficiência (REIS, 2019, p. 161).

Há muitos desafios que perpassam pela superação da falta de formação continuada dos professores, apoios, recursos, acessibilidade arquitetônica, entre outras demandas. Mas a atitude dos docentes, como aqui exemplificado, mostra que o percurso foi iniciado e existe a vontade e interesse de buscar novos saberes para transformar a universidade em um ambiente acolhedor, acessível e inclusivo.

Algumas considerações

Os desafios evidenciados no texto por meio dos relatos da professora indicam o quanto o ensino superior e, mais pontualmente, de modo específico a universidade em questão, precisa avançar rumo a implantação da política de inclusão. Cada vez mais a universidade vem recebendo estudantes com deficiência. Contudo, o crescimento da demanda ainda não foi suficiente para transformar os espaços, promover a formação docente, providenciar recursos e implantar o setores de suporte, como um Núcleo de Acessibilidade, ações fundamentais para apoiar os estudantes e professores no processo de inclusão.

Esperamos que a discussão promovida neste texto possa contribuir com reflexões sobre o que vivenciam professores de estudantes universitários com deficiência no contexto amazônico. Desejamos que as pessoas que fazem parte da comunidade acadêmica, de modo específico os estudantes com deficiência e professores consigam superar a exclusão histórica que vem sendo produzida e reproduzida no ensino superior e passem a promover a inclusão. E que os acadêmicos tenham de fato o direito de participar e os professores consigam superar a sensação de impotência que inúmeras vezes acontecem ao se depararem com os ambientes heterogêneos e as heranças de um currículo meritocrático. E nas tessituras do fazer acadêmico consigamos evoluir para “descolonizar” e “desmercantilizar” o contexto universitário, como problematiza Santos (2019).

Referências

BENJAMIN, Raimundo da Silva. *História e memórias vivenciadas na educação: entre a cegueirados olhos e a deficiência de quem não quer enxergar*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2017.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. *Formação continuada de professores para a diversidade*. Porto Alegre: Educação, 2004.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; GLAT, Rosana. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. *Educar em Revista UFPR*, n. 52, abr./jun. p. 257-273, 2014.

DUK, Cynthia. *Educar na Diversidade: material de formação docente*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise (orgs.). *Estratégias Educacionais Diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. [p.49-64] Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2017*. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 06.06.2019.

REIS, Joab Grana. *Vozes dos “Rios” da Amazônia: história de vida de estudantes no Ensino Superior com deficiência*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, *Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021)*. Manaus: Edições gráficas, 2017.